

Assembleia Geral

8 de abril (terça-feira), às 13h30

Auditório da FAU, 3º andar Prédio da Reitoria, Ilha do Fundão

PAUTA

- 1) Informes; 2) Avaliação da conjuntura;
- 3) Aprofundamento de pontos essenciais da pauta nacional e local; 4) Paralisação com mobilização do dia 10 de abril;
- 5) Assuntos gerais.

www.adufrj.org.br

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

Andes-SN • Ano XIII nº 840 • 7 de abril de 2014 • Central Sindical e Popular - Conlutas

Reunião do Conselho de Representantes

7 de abril de 2014

18h no Auditório da Escola de Serviço Social, campus da Praia Vermelha da UFRJ

Pauta:

- 1 - Informes
- 2 - Avaliação de Conjuntura,
- 3 - Organização de atividades do dia 10 abril;
- 4 - Eleição do Andes-SN e complementação do Conselho de Representantes;
- 5 - Assuntos Gerais

Lembramos que as reuniões do Conselho de Representantes são abertas a todos os professores sindicalizados.

Abril decisivo

Reunião entre Andes-SN e SESu/MEC ocorre no próximo dia 10

Andes-SN



Durante este mês, os professores das instituições federais de ensino superior serão chamados, em todo o país, para suas respectivas assembleias gerais e atividades de mobilização: o objetivo é avaliar se estão satisfeitos com a carreira, salários e condições de trabalho, entre outros temas. E o que estarão dispostos a fazer para melhorar esse cenário, ainda em 2014. Foi o que encaminhou a reunião do Setor das Federais do Andes-SN (foto), entre 29 e 30 de março, em Brasília (DF). A AG da Adufrj-SSind acontece em 8 de abril (veja chamada acima). Logo no dia 10 haverá um novo elemento para análise da categoria, pois representantes do MEC irão receber a diretoria do Andes-SN para iniciar o debate conceitual da carreira.

Página 3

2º ATO

50 anos do golpe: suas marcas na UFRJ Centro de Ciências da Saúde

8 de abril
Terça-feira
11h
Teatro de Arena
do CCS
Ilha do Fundão

Segundo ato sobre os 50 anos do Golpe e suas marcas na UFRJ terça-feira, 8 de abril, 11h, no Teatro de Arena do CCS, Ilha do Fundão. Com organização de: Adufrj-SSind, DCE, DASCF e Coletivo de Mulheres da UFRJ



Impactos da ditadura na UFRJ

Diversas atividades marcaram a semana na qual foram "descomemorados" os 50 anos do golpe militar. Na universidade, a Adufrj-SSind, o DCE Mário Prata, o Centro Acadêmico Candido de Oliveira e o Coletivo de Mulheres da UFRJ lembraram o ataque sofrido pela Faculdade Nacional de Direito, na manhã de 1º de abril de 1964. No IFCS, evento institucional deu início ao Ano da Memória e Verdade da UFRJ. Páginas 4 e 5

SEGUNDA PÁGINA

Sintufrj quer ampliar visibilidade da greve

Para chamar atenção da sociedade para as reivindicações dos técnico-administrativos, assembleia do Sintufrj decidiu pela realização de atos políticos nos próximos dias

Próxima AG dos técnicos está marcada para 8 de abril

Realização de atos políticos para dar visibilidade à greve foi o que decidiu a assembleia dos técnicos-administrativos da UFRJ em 1º de abril, no auditório do Centro de Tecnologia.

Durante a AG, representantes do Departamento Jurídico do Sintufrj prestaram esclarecimen-

tos sobre algumas Orientações Normativas (ONs) recentemente editadas pelo governo, que criam obstáculos para a garantia de direitos conquistados pela categoria. As ONs tratam da retirada da conversão do tempo de serviço, o que implica na perda do abono permanência para os servidores que foram contemplados com uma ação judicial (mandado de injunção) da Fasubra.

Após as explicações jurídicas, foi proposta a convocação do reitor e de representantes da PR-4 para discutir, na próxima assembleia, marcada para 8 de

abril, o mandado de injunção, as orientações normativas e os temas da pauta interna.

Em Brasília

Já em Brasília, o movimento dos servidores técnico-administrativos da UnB garantiu uma negociação com o reitor para o dia 4 (data de fechamento desta edição). Para conseguir a audiência, os funcionários ocuparam a sede da administração em 1º de abril e só deixaram o prédio no dia seguinte. "Nosso ato foi vitorioso. Desde que entramos em greve no dia 17 de março, a administração superior da UnB só vem tendo

ações no sentido de criminalizar e desmoralizar o nosso movimento de greve. Essa postura só fortaleceu o nosso movimento", afirmou o coordenador geral do Sintfub, Mauro Mendes.

Apoio do Andes-SN

No encerramento da reunião do Setor das Federais do Andes-SN, em 30 de março, os professores de 41 seções sindicais das Universidades e Institutos Federais manifestaram solidariedade e apoio à greve dos trabalhadores técnico-administrativos das IFES. (Fontes: Sintufrj e Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

Plano de saúde

As adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind estão abertas, com carência reduzida, até 18 de abril, para consultas, exames, internações e cirurgias. A carência reduzida só será possível para os segurados com idade inferior a 59 anos.

Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail convenio.unimed@adufrij.org.br.

Notas

■ A Defensora dos Direitos Universitários da Universidade de El Salvador, Claudia Maria Melgar de Zambrana, irá proferir a palestra "Mediação de conflitos no ambiente de trabalho", neste dia 7 de abril. Será às 10h, no auditório do IPPUR, sala 528 (5º andar do prédio da reitoria, no campus do Fundão). A atividade é organizada pela ouvidora-geral da UFRJ, professora Cristina Ayoub Riche.

■ Também em 7 de abril, haverá sessão solene do Consuni para entregar o título de Doutor *Honoris Causa* a Leoncio Lara Sáenz. Será às 18h, no Salão Eletrobrás, do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ (Av. Rui Barbosa, 762, Flamengo).

Agenda

- 10 de abril**
Reunião da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas
 São Paulo (SP)
- 11 de abril**
Reunião do Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais
 Brasília (DF)
- 25 a 27 de abril**
Reunião do Grupo de Trabalho Política e Classe para as questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do Andes-SN
 Brasília (DF)

Erramos

Na edição anterior, na lista dos professores da UFRJ cassados pela ditadura, faltou o nome do ex-reitor Horácio Macedo. E foi citado Mario Schenberg que, na verdade, era professor da USP e integrante do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

DITADURA NUNCA MAIS!

A Adufrj-SSind instalou no dia 31 de março duas faixas que reproduzem, em menor escala, o mais novo outdoor (abaixo) da Seção Sindical. Uma na fachada da Faculdade Nacional de Direito (foto à dir.) e outra no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. A arte, que marca os 50 anos do Golpe de 1964, é resultado do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes da Seção Sindical. O painel, afixado na lateral do ex-Canecão, foi ilustrado por Martha Werneck e Licius Bossolan, da EBA-UFRJ (na edição anterior, noticiou-se erradamente que a imagem teria sido feita apenas pela professora Martha). A obra, desta vez, envolveu também Elídio Borges Marques, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos. Ele é um dos integrantes da Comissão da Verdade do Andes-SN.



SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes **Faculdade de Educação** Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher **Escola de Comunicação** Luiz Carlos Brito Paternostro **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis** Vitor Mario Iorio **Instituto de Economia** Alexis Nicolas Saludjian **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional** Cecília Campello do Amaral Mello **Faculdade Nacional de Direito** Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sílvia Meimaridou Rola; André Onioli Paneriras **Escola de Belas Artes** Patricia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema **Faculdade de Letras** Gumercinia Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira **Escola de Educação Física e Desportos** Luis Aureliano Imbinha Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca **Escola de Enfermagem Anna Nery** Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho **Coppe** Vera Maria Martins Salim **Escola Politécnica** José Miguel Bendrao Saldanha; **Coordenador de Comunicação** Luiz Carlos Maranhão **Editor Assistente** Kelvin Melo de Carvalho **Reportagem** Silvana Sá e Elisa Monteiro **Projeto Gráfico e Diagramação** Douglas Pereira **Estagiários** Darlan de Azevedo Junior e Guilherme Karakida **Tiragem** 4.000 **E-mails:** adufrij@adufrij.org.br e secretaria@adufrij.org.br **Redação:** comunica@adufrij.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrij.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrij.org.br **Página eletrônica:** <http://www.adufrij.org.br> **Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.**

MOVIMENTO DOCENTE

Mês de mobilização

Após rodada de assembleias, reunião no fim de abril discute possível greve nas IFES

No dia 10, haverá encontro entre Andes-SN e MEC

Com a presença de representantes de 41 seções sindicais nos dias 29 e 30, o Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Andes-SN, realizado em Brasília (DF), resolveu intensificar o processo de mobilização da categoria. Neste sentido, foi definido um calendário de atividades e paralisações que culminará em um encontro do Setor, no final de abril. Na pauta, existe a possibilidade da greve.

Diversas atividades estão programadas para acontecer du-

rante todo o mês, com destaque para uma paralisação nacional em 10 de abril. Nesta data, haverá uma audiência entre o Sindicato Nacional e a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC).

De acordo com Marina Barbosa Pinto, 1ª secretária do Andes-SN e integrante da coordenação do Setor das IFES, as seções sindicais fizeram um debate muito consistente sobre o momento, sobre as dificuldades e as peculiaridades de 2014 (ano eleitoral) e os desdobramentos de 2012 e 2013.

“Consideramos também a mobilização conjunta com os demais servidores federais e específica do setor da educação federal, que já tem uma greve em curso iniciada pela Fasubra

e outra deliberada para o dia 21 de abril, dos companheiros do Sinasefe, que estiveram presentes à reunião e trouxeram relatos da mobilização nas suas bases. Além disso, foram destacados os resultados que a implantação do projeto de carreira do governo trouxe para a realidade dos professores, consolidando a desestruturação da carreira – o que já era previsto pelo movimento desde 2012, quando a proposta foi amplamente rejeitada pela categoria. Avaliamos ainda o aprofundamento da precarização das condições de trabalho nas IFES”, comentou Marina.

De acordo com a diretora do Andes-SN, o movimento docente está mobilizado e protagonizou ações significativas,

como a paralisação do dia 19 em várias IFES, e apontou a importância de avançar nesse processo. “Ficou evidente a disposição de responder contundentemente e avançar na construção dessa reação”, explica.

A agenda de atividades definida pelo Setor das IFES (confira quadro nesta página) culmina na reunião apontada para os dias 26 e 27 de abril, quando o encaminhamento da greve nacional dos docentes das IFES 2014 poderá ser tomado a partir das decisões na base. As assembleias gerais de cada universidade devem indicar o período para a paralisação e a relação com a greve das demais categorias. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind).

AGENDA DE ATIVIDADES

Durante todo o mês de abril

Jornada de visitas promovidas pelas seções sindicais aos campi e às unidades das IFES para discutir a pauta/mobilização, buscando articulação com os técnico-administrativos e os estudantes.

Entre 31 de março e 9 de abril

Rodada de Assembleias Gerais, incluindo na pauta paralisação das atividades dos docentes em 10 de abril, greve nacional dos docentes das IFES e intensificação da mobilização na categoria.

Entre 31 de março e 9 de abril

Constituir Comissões Locais de Mobilização.

Entre 1º e 25 de abril

Enviar as pautas locais atualizadas para a secretaria do Andes-SN.

7 de abril

Ato Pelo Dia Mundial da Saúde convocado pelo Fórum de Saúde do Rio de Janeiro – Campanha 2014 dos docentes das IFES/Defesa da autonomia universitária e contra a EbsersH com representação de entidades nacionais e das seções sindicais – concentração às 16h no Largo da Carioca, Rio de Janeiro.

8 de abril

Ato nos Estados da Campanha dos SPF.

10 de abril

Paralisação nacional dos docentes das IFES.

10 de abril

Audiência do Andes-SN com a SESu/MEC.

10 de abril

Reunião Andes-SN/Fasubra/Sinasefe.

11 de abril

Reunião do Fórum Nacional das Entidades dos SPF.

Entre 11 e 25 de abril

Rodada de Assembleias Gerais, incluindo na pauta a deliberação da greve nacional dos docentes das IFES 2014, com indicação de período e da relação com a greve das demais categorias.

Entre 22 a 25 de abril

Convocar a Comissão Nacional de Mobilização (CNM).

26 e 27 de abril

Reunião do Setor das IFES, em Brasília, incluindo na pauta a deliberação da greve nacional dos docentes das IFES 2014, com indicação de período e da relação com a greve das demais categorias.

1º de maio

Dia do Trabalhador com atos nos Estados.

7 de maio

Marcha a Brasília dos SPF.

15 de maio

Dia Nacional de Luta contra as remoções da Copa.



Federais. Encontro do setor, entre os dias 29 e 30 de março, reuniu 41 seções sindicais em Brasília (DF)

Congresso do Sinasefe aprova deflagração de greve

Paralisação das atividades começa em 21 de abril

No último dia 28, o plenário do 28º Congresso do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) aprovou a deflagração da greve da categoria a partir de 21 de abril. Itens como política salarial, jornada

de trabalho e democratização nas instituições fazem parte da pauta de reivindicações. O entendimento foi que a paralisação é indispensável para defender os direitos dos trabalhadores da educação federal. A votação contou com o apoio da maioria absoluta das delegações presentes ao encontro. Maior congresso da história do Sinasefe, a 28ª edição do Consinasefe credenciou 415 delegados, 99 observadores e 66 Seções Sindicais.



Servidores da Educação Básica cruzam os braços em 21 de abril

50 ANOS DO GOLPE MILITAR

O ataque aos portões da UFRJ

Ato, em 31 de março, lembrou a resistência da Faculdade Nacional de Direito à ditadura civil-militar

Cinco professores da FND foram cassados pelo regime

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Há 50 anos, na noite de 31 de março de 1964, estudantes e professores faziam vigília na Faculdade Nacional de Direito. Corria a notícia que o prédio seria invadido pelas forças retrógradas que começavam a tomar o país. "Fizemos uma vigília cívica, pois diziam que o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) iria botar fogo e atacar a faculdade, o que acabou acontecendo na sede da UNE", descreve relato de Tício Lins e Silva, então diretor do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO). O receio da comunidade universitária confirmou-se com um ataque na manhã do dia seguinte. E um massacre só foi evitado pela ação inesperada de uma tropa do Exército antigolpista liderada pelo então capitão Ivan Proença, posteriormente preso pela ditadura.

O texto de Lins e Silva foi lido pela professora Luciana Boiteux, 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind, durante atividade na própria FND, em 31 de março último, que lembrou os impactos da ditadura civil-militar naquela Unidade (eventos semelhantes deverão ocorrer em outros locais da UFRJ, ainda em abril. O próximo está marcado para o dia 8, 11h, no Teatro de Arena do CCS, na Ilha do Fundão).

A dirigente citou, ainda, o professor Heleno Cláudio Frago, docente da FND e advogado de presos políticos naquele período obscuro da história do país: "Por exercer sua função social como advogado, foi preso. Ele foi também expulso da FND por suas convicções políticas. Reconstruir essa memória é muito importante para entendermos o que acontece. É um momento de fomentar a busca da verdade", disse Luciana. Além de Heleno, também foram cassados da FND os professores: Evaristo de Moraes Filho, Francisco Mangabeira, Hermes Lima e Max da Costa Santos.

Repressão ontem e hoje

Cláudio Ribeiro, presidente da Seção Sindical, traçou um paralelo entre as repressões vividas na ditadura e na democracia: "Se este lugar foi palco de resistência em 1964, devemos nos lembrar que, em junho do ano passado, também houve estudantes presos aqui sem poder sair. Aqui e no IFCS. Temos de saber o significado do Golpe de 1964 e seus



O ato na FND foi conduzido pela pós-graduanda Isabela Blanco e pela professora Mariana Trotta (na foto, com o microfone), conselheira da Adufrj-SSind. Ao fundo, vê-se uma instalação com imagens de alunas da UFRJ assassinadas pela ditadura

reflexos na nossa vida cotidiana. O que aconteceu e não pode novamente acontecer?", questionou. O professor afirmou que a universidade hoje é pior do que deveria ser devido aos efeitos do golpe. "A gente tem que debater e reafirmar o tempo todo a importância da representação estudantil, por exemplo. Porque, quando a universidade caminhava para uma atuação mais aberta, houve uma ruptura".

Pela gestão atual do CACO, falou Leonardo Guimarães. O estudante chamou atenção para o autoritarismo ainda presente no país. "Esse debate é fundamental e não é só saudosista". Como exemplo, ele mencionou a gestão de Armênio Cruz (diretor da FND indicado pelo interventor José Vilhena), encerrada há apenas dez anos.

Maria Leão, em nome do DCE Mário Prata, lembrou as mulheres que fizeram parte da resistência: "É muito simbólico termos os nomes dessas mulheres aqui atrás (fazendo referência a um varal de fotos e nomes de estudantes da UFRJ mortas e desaparecidas na ditadura). Ao longo da história, ficamos com os papéis de enfermeiras, de companheiras, mas pouco se fala das mulheres que resistiram e morreram". Maria citou a criminalização da pobreza como a nova

“
Temos de saber
o significado
do Golpe de
1964 e seus
reflexos na
nossa vida
cotidiana

”

Cláudio Ribeiro
Presidente da Adufrj-SSind

face da repressão: "É simbólico discutirmos o dia que durou 21 anos, mas é preciso lembrar que a polícia hoje não mata estudante e professor, mas mata pobre nas favelas. O Exército mata índio".

Além das entidades organizadoras do evento (Adufrj-SSind, DCE Mário Prata, CACO e Coletivo de Mulheres da UFRJ), também participaram do ato: a Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG), o Coletivo Direito de Resistência, Sintufrj, Levante Popular da Juventude, Assembleia Nacional de Estudantes Livre (Anel) e União Nacional de Estudantes (UNE).

Homenagem

Durante o ato, foram lidos os nomes das mulheres, com alguma passagem pela UFRJ, assassinadas pela ditadura: Ana Maria Nacinovic Corrêa, Áurea Eliza Pereira Valadão, Jana Moroni Barroso, Maria Célia Corrêa, Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo e Sônia Maria de Moraes Angel Jones.

O horror da tortura

Depoimento sobre o pesadelo no interior do DOI-Codi

Ainda na atividade de 31 de março, pelo Coletivo de Mulheres da UFRJ, a estudante Ingrid Figueiredo leu parte do depoimento da cineasta Lúcia Murat dado à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, em maio de 2013: "(...) Quando cheguei no DOI-Codi, não sabia onde estava, só fui descobrir mais tarde, que era o quartel do Exército localizado na Rua Barão de Mesquita, que existe até hoje. Rapidamente me levaram para a sala de tortura. Fiquei nua, mas não lembro

como a roupa foi tirada. A brutalidade do que se passa a partir daí confunde um pouco a minha memória. Lembro como se fossem *flashes*, sem continuidade. De um momento para outro, estava nua apanhando no chão. Logo em seguida me levantaram no pau de arara e começaram com os choques. Amarraram a ponta de um dos fios no dedo do meu pé enquanto a outra ficava passeando... Nos seios, na vagina, na boca. Quando começaram a jogar água, estava desesperada e achei num primeiro momento que era para aliviar a dor. Logo em seguida, os choques recomeçavam muito mais fortes. Percebi que a água era para aumentar a força dos choques".

50 ANOS DO GOLPE MILITAR

Resistência ontem e hoje

Evento organizado pela Comissão da Verdade da UFRJ e pelo IFCS, no dia 1º de abril, recorda os impactos da ditadura na universidade. Porém, também destaca a violência do Estado na atualidade

Dois ex-presos políticos dão seus depoimentos

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Uma cerimônia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, não por acaso em 1º de abril, data do golpe militar de 1964, abriu o Ano da Memória e da Verdade da UFRJ – conforme decisão da última sessão do Conselho Universitário (veja quadro).

Anfitrião, o diretor do IFCS, Marco Aurélio Santana, citou a necessidade de “significar” e “ressignificar” o passado: “A história precisa ser posta em perspectiva, o passado precisa ser reconstruído. Estamos ‘descomemorando’ o golpe, mas também celebrando a resistência. O IFCS é um lugar simbólico porque foi uma das unidades da UFRJ mais duramente atingidas na ditadura. Mas é símbolo também da resistência de hoje, como vimos em junho passado”, falou, em referência aos estudantes e demais ativistas que se abrigaram no prédio, acudados pela polícia, após as gigantescas manifestações de 2013.

Representante do DCE

Mário Prata, Tadeu Alencar também destacou a resistência atual, especialmente em 2014, considerado um ano emblemático pelas lutas que são e serão travadas contra o capital e os mega-eventos: “Cinquenta anos depois do golpe militar, a gente se depara com um cenário de repressão. Estamos começando a ver o que é um Estado repressor. Não é só a democracia formal, com direito a voto, que garante a liberdade”.

“Transição vergonhosa”

“Vivíamos em 1964 uma situação pré-revolucionária. Não era somente uma ascensão das massas”, defendeu Carlos Vainer, coordenador do Fórum de Ciência e Cultura e presidente da Comissão da Memória e Verdade da UFRJ.

O professor afirmou que esta foi a razão do golpe militar: “Vivemos uma profunda derrota. Os democratas brasileiros, ontem, como hoje, mostram que têm medo do povo. Fazemos uma lista dos democratas que impediram que a ditadura fosse derrubada através de um processo de eleições diretas e pactuaram uma transição vergonhosa que ainda hoje submete o nosso presente aos fantasmas do passado”, desabafou.



Da esq. para a dir.: Carlos Vainer (CV-UFRJ), Marco Aurélio (IFCS) e Tadeu Alencar (DCE)

Ano da Memória e Verdade

Noticiada no Painel Adufrj da edição anterior, a resolução nº 03/2014 do Conselho Universitário declara que o período de 1º de abril de 2014 a 1º de abril de 2015 seja o Ano da Memória e Verdade da UFRJ. O texto determina que todos os cartazes, sítios da internet e meios de divulgação e comunicação em geral da instituição estampem um selo comemorativo, como na versão reproduzida ao lado.



Homenagem a estudantes mortos e desaparecidos

Carlos Vainer leu os nomes de 25 estudantes da UFRJ mortos e desaparecidos durante o período militar. A cada nome, a plenária gritava: “Presente!”. Após a leitura, houve um minuto de silêncio em memória desses alunos.

- Adriano Fonseca Filho
- Ana Maria Nacinovic Correa
- Antônio Pádua Costa
- Antônio Sérgio de Mattos
- Antonio Teodoro de Castro
- Arildo Airton Valadão
- Áurea Eliza Pereira Valadão
- Ciro Flávio Salazar de Oliveira
- Fernando Augusto Valente da Fonseca
- Flávio Carvalho Molina
- Frederico Eduardo Mayr
- Guilherme Gomes Lund
- Hélio Luiz Navarro de Magalhães
- Jana Moroni Barroso
- José Roberto Spiegner
- Kleber Lemos da Silva
- Lincoln Bicalho Roque (trancou Medicina, mas também era professor na extinta FNFI)
- Luís Alberto Benevides
- Maria Célia Corêa
- Mário Prata
- Paulo Costa Ribeiro Bastos
- Raul Amaro Nin Ferreira
- Solange Lourenço Gomes
- Sônia Maria de Moraes Angel Jones
- Stuart Edgar Angel Jones

Ex-estudantes relatam a perseguição sofrida

Jean Marc Von der Weid, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1969, e um dos convidados do evento no IFCS, falou sobre os anos de chumbo. Jean Marc tinha 18 anos quando entrou na UFRJ, em 1964. Presidente do CA de Química nos anos de 1967 e 1968, contou que permaneceu preso seis meses após assumir a direção da UNE, aos 23 anos. “Fiquei preso até 1971, até ser banido do Brasil. Retornei com a anistia, em 1979”.

Jean Marc afirmou que a repressão sofrida por ele e por seus colegas foi muito grande, mas “não se comparou ao que recaiu sobre os movimentos operário e camponês”: “Suas organizações e lideranças foram completamente liquidadas. O movimento estudantil teve mais espaço para se organizar, se comparado com outros espaços mais reprimidos da sociedade”. Entre 1964 e 1968, ele recordou, a universidade foi uma espécie de “oásis” da liberdade. “Isso tudo acaba com o AI-5”. O Ato Institucional tornou-se o ins-



José Maurício Gradel



Jean Marc Von der Weid

trumento que deu ao regime civil-militar poderes absolutos.

José Maurício Gradel, estudante do CAp-UFRJ entre 1960 e 1967, foi expulso duas vezes da universidade: na primeira, ainda no colégio, quando era diretor do jornal do grêmio. “Após sucessivas censuras, resolvemos fazer uma publicação com todos os artigos censurados em branco. Após muita luta, fomos reincorporados ao colégio apenas para realizarmos as provas finais”. Em 1968, Gradel ingressa na universidade (Desenho Industrial). Acabou preso no congresso estudantil de Ibiú-

na, no mesmo ano, mas solto logo em seguida. Não sofreu tortura.

Expulso da universidade, entrou na clandestinidade, pois o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), foi procurá-lo na fábrica onde trabalhava. Participou da luta armada e seguiu, tempos depois, para o exílio, no qual passou 23 anos. “O preço pessoal é muito alto, mas valeu a pena. Nós nos metemos nisso pouco a pouco, na medida em que nos incomodamos com a realidade. Nós, pouco a pouco, nos indignamos com as violências e injustiças. Acho que fizemos o que era possível”.

CIDADE

A ocupação da Maré, pelos alunos da UFRJ

Críticas à atuação dos policiais e ceticismo em relação ao futuro da comunidade dominam os depoimentos



“Para turista ver”, dispara graduanda da Letras

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Luís Guilherme não dormiu em casa na noite de sábado (29 de março) para domingo com o objetivo de evitar a ocupação, pelas forças militares, da comunidade onde vive desde que nasceu: o Complexo da Maré, nas imediações do *campus* do Fundão da UFRJ. Estudante do Instituto de Matemática, optou por pernoitar na casa de uma amiga, na Ilha do Governador. “Só a palavra ‘operação’ já gerou uma tensão na comunidade”, disse.

Quando chegou à Nova Holanda, domingo (30) à noite, a princípio, achou “o movimento normal”, “com gente na rua”. Depois, observou duas mudanças que julga significativas. A primeira era que “não via bandidos armados como antes”. “Agora não tem mais”, relatou. “Esse aspecto pode se dizer positivo. Claro, bandido não é coisa boa”.

A outra diferença foi “um banner enorme da Sky (operadora de TV a cabo)”. “O que a gente percebe é um movimento para estimular consumo, cobrar por serviços como luz (na comunidade, há muitos ‘gatos’ – ligações clandestinas de forne-



Jovens criticaram abordagem da mídia sobre a ocupação: “Um circo”, afirmou Adriana Kairos

cimento de energia) e coisas do tipo. Mas só cobranças, nada de direitos. Nem temos uma escola decente ou posto (de saúde) decente”, criticou.

Sobre as notícias do “mutirão de limpeza” na comunidade – amplamente celebrado pela imprensa comercial – Luis Guilherme respondeu com ceticismo: “Acontece que há uma pequena favela na favela e parece que se pretende desmontá-la e remover essas pessoas ainda mais pobres”.

Para o jovem, o otimismo da comunidade em relação à ação militar é parcial: “As vezes, a pessoa tem uma visão positiva

porque não conhece ninguém que sofreu constrangimento e violência”. Ele, que dá aulas de inglês em um curso preparatório para concursos, conta que relatos de abusos são comuns entre seus estudantes: “Tenho uma aluna que acordou com os cães de policiais subindo a cama de manhã. Outro disse que, no dia da invasão, saiu para ver tanque. Essas coisas mexem com as crianças. Uma coisa é um bandido armado; outra é uma polícia do Estado, que devia te proteger, altamente armado”.

Além disso, há uma preocupação com “outras violên-

cias”, “até piores do que droga e arma”. Como exemplo, Guilherme cita o aumento de registro de estupros como se viu “em outras pacificações como a da Rocinha e do Cantagalo”.

Maquiagem

Já para Adriana Kairos, graduanda da Faculdade de Letras, a “pacificação da Maré é para turista ver”. A jovem, que mora ainda perto da Avenida Brasil, assistiu à entrada das tropas pela manhã e passou a acompanhar a ação pelos amigos que moram mais perto “do olho do furacão” pela internet, via redes sociais. Segundo sua avaliação,

depois da Copa e das Olimpíadas, as Forças Armadas saem de cena e o tráfico volta. “Na verdade, nunca saíram. Só não estão mais mostrando armas nas ruas”. Para ela, logo depois da ocupação, já sobraram poucos militares “fazendo figuração” nos acessos da comunidade.

“Muito se fala que a operação durou apenas 15 minutos, mas se esquecem que estão aqui na porta de casa há pelo menos uma semana”. Adriana está de acordo com Guilherme e avalia que a falta de informação e formação faz com que “alguns acreditem que (a ocupação) possa ser algo benéfico”. “Mas, para a maioria mesmo, a invasão não é uma coisa feliz”, disse em seguida. Em sua visão, a “naturalização da violência, no convívio das duas forças que mandam na comunidade (polícia e tráfico)” contribui para que a presença militar seja lida como algo habitual. Adriana questionou ainda a forma como o tema foi abordado pela mídia, “como um espetáculo”. “Parecia um circo”, atacou.

Mandado coletivo preocupa

Mesmo entre os que fazem uma avaliação esperançosa sobre a ação militar, conforme o estudante Valdiney Silva, também do Instituto de Matemática, a liberação judicial para que a polícia reviste a casa de todos os moradores da comunidade é unanimemente rechaçada: “Isso não tem como achar certo, invade a privacidade das pessoas”, disse.

Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil - 30/03/2014

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Resgate do sonho

Marco Fernandes - 02/04/2014



Alegria. Maria de Fátima apresentou memorial como requisito para a conclusão do curso de Serviço Social na UFRJ, em cumprimento ao estabelecido pela Comissão de Anistia

Cinquenta anos depois, Maria de Fátima Pimentel conseguiu concluir seu curso de Serviço Social. O sonho, iniciado em Recife e brutalmente interrompido pela ditadura civil-militar, foi realizado no auditório do CFCH, em 2 de abril. Faltava apenas terminar a monografia. O pedido foi feito à Comissão de Anistia

do Ministério da Justiça. Em 1964, Maria de Fátima, que era engajada em movimentos da juventude católica (que tinham por base a teologia da libertação), terminaria a faculdade e se casaria no fim daquele ano. Com o Golpe, casou-se por procuração e foi para São Paulo. Depois, ela e o marido, também perseguido político, seguiram para o exílio em Paris e na Argélia fugindo da polícia da ditadura. A formatura recém-conquistada foi também a oportunidade de a ESS homenagear essa mulher que interrompeu sua história em nome de uma causa: a liberdade.

Em luta

Agentes da Polícia Federal fizeram protestos em vários estados do país no último dia 3. Segundo a Federação Nacional da categoria, as reivindicações são: reestruturação da carreira, recomposição salarial e reconhecimento das atribuições em lei.

Seguridade I

Retomando a tradição de mais de dez anos de debate sobre os temas relacionados à saúde e previdência, o Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSS/A) da Adufrj-SSind realizou a primeira reunião do ano no último dia 25. A atividade foi realizada na Escola de Serviço Social.

Seguridade II

De acordo com a coordenadora do GT e diretora da Seção Sindical, Cleusa dos Santos, a instância vai analisar o avanço de políticas privatistas sobre o setor. Além disso, pretende dedicar-se a estratégias para envolvimento e mobilização dos aposentados da UFRJ. Uma das preocupações está nos impactos da nova lei das carreiras (nº 12.772) neste segmento dos antigos mestres.

Formação

Até 11 de maio, estão abertas as inscrições para o Curso de Formação Histórica e Política de Estudantes Universitários da Área da Saúde. Ele é coordenado pela Faculdade de Enfermagem da Uerj, mas a UFRJ será uma das instituições onde ocorrerão as aulas presenciais. Mais informações em www.latic.uerj.br/fhpsaude.

Agenda

A comissão especial do Plano Nacional da Educação volta a se reunir para debater e votar o projeto na terça-feira (8), às 14h30. Relator, o deputado Angelo Vanhoni defende a destinação de 10% do PIB exclusivamente para a educação pública. Mas esse é apenas um dos muitos problemas do PNE...

Já o texto aprovado pelos senadores estabelecia o investimento do mesmo percentual do PIB em educação, não necessariamente pública, o que poderia beneficiar universidades particulares por meio do Fies e do ProUni. Por ter sido alterado no Senado, o projeto voltou para a Câmara.

Resposta

No dia 7, representantes de entidades do movimento sindical, estudantil e popular reúnem-se em São Paulo para iniciar a organização do Encontro Nacional de Educação. Previsto para agosto, o evento terá como objetivos principais: elaborar um diagnóstico da situação do setor no país e um plano de lutas unificado.



Durante discussão do parecer do relator, na comissão especial da Câmara, aluno transmite seu recado

Gente B | Fotos: S/Câmara dos Deputados - 02/04/2014

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes

PROFESSOR, LUTE PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA!



CARREIRA DOCENTE

Distinção para ser Titular

CEPG elogia proposta da CPPD, mas entende que promoção para topo da carreira deve ser mais restritiva

Discussão ocorreu no último dia 4

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

O Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) do dia 4 iniciou o debate sobre a regulamentação interna da carreira na UFRJ. Entre as propostas que circulam na Comissão de Legislação e Normas do Consuni (e que podem ser conferidas no site da Adufrj-SSind), a maioria dos conselheiros mostrou-se favorável à encaminhada pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Com uma diferença: vários conselheiros manifestaram-se para preservar critérios mais restritivos na promoção à classe dos Titulares.

Embora também tenha sido criado o cargo isolado de Titular-livre, um dos poucos pontos positivos da lei das carreiras docentes imposta pelo MEC foi a possibilidade de ascensão ao topo da carreira sem necessidade de o docente enfrentar um novo concurso. Mas a ideia parece não ter agradado ao CEPG.

Marcos Roberto da Silva Borges (Instituto de Matemática), que é Titular, afirmou que “a promoção não é uma progressão e não pode ser para todos”: “Não pode ser tão pouco que não contemple quem tem capacidade para ser. Nem tanto, que qualquer um possa ser”, completou. Para ele, a concepção de Titular como “continuidade da carreira” seria “uma banalização”. Ainda de acordo com o docente do CCMN, em seu Centro, o debate travado



CEPG, em sua sessão de 4 de abril, começou o debate sobre as regras de ascensão na carreira docente

nas unidades busca “aproximar, ao máximo, os critérios para promoção do modelo antigo de concurso (anterior à lei nº 12.772)”.

A pró-reitora Débora Foguel também defendeu o “funil” para a promoção: “Não é um degrau, é sim uma distinção”, disse a dirigente, confrontando-se com o que chamou de “simples concepção salarial”.

O debate

Um enxugamento da pauta sobre a carreira foi sugerido por Maria Tereza Leopardi Mello (Instituto de Economia),

responsável por apresentar ao CEPG as propostas da CPPD e da CLN do Consuni. Segundo ela, os atuais critérios “não têm provocado problemas”. “Não vejo por que mudar todas as regras de uma vez”, defendeu. Uma indicação dela, que não chegou a ser votada, já no final da prorrogação da reunião, é que, em relação às demais classes, sejam mantidas as normas atuais nos moldes da resolução geral de 1989 e da resolução de 2006 (sobre Associados). A expectativa é que o tema retorne ao CEPG, na próxima sessão, marcada para 11 de abril.

Outros conselheiros como Antonio Brancaglioni Junior (Museu Nacional) e Vanessa Batista (Faculdade de Direito) destacaram a importância do reconhecimento em atividades administrativas, “em especial para uma instituição como a nossa, onde somos nossos próprios gestores”, sublinhou Vanessa.

Claudio Jose de Araujo Mota (Instituto de Química) avaliou não serem claros ou igualitários os critérios contidos na formulação da CLN e criticou a falta de flexibilidade. Segundo ele, em sua Uni-

dade tem-se falado do professor Associado como “pato”, “não por ser bobo, mas porque anda, nada e voa”.

Pelo Museu Nacional, Lygia Dolores Ribeiro observou que, com uma eventual obrigatoriedade de jornada de oito horas na graduação, por exemplo, “os docentes da Unidade simplesmente não vão progredir”. Segundo ela, o problema atinge a todas “unidades-saci”, como Hospital-Escola São Francisco de Assis (HESFA) e o Instituto de Macromoléculas Professora Eloisa Mano (IMA).

“UFRJ pode virar o pior lugar para trabalhar”

Regras da CLN/PR-2 tornariam universidade menos atrativa

Para quem ainda não entendeu a gravidade da situação, caso passe pelo Conselho Universitário a proposta da CLN/PR-2 de regulamentação interna da carreira, a professora Maria Malta diz o seguinte: “A UFRJ pode se tornar o pior lugar para um docente trabalhar entre as universidades federais”. Ela, que é integrante do Consuni como representante dos Adjuntos

do CCJE, analisou esta proposição (conforme noticiado em edição anterior do Jornal da Adufrj).

Maria Malta cita alguns exemplos práticos (e problemáticos) do documento: “Pela tabela (da CLN/PR-2), o professor Adjunto que der duas 8 horas de aula semanais na graduação, publicar no perfil máximo, pesquisar e realizar atividades de extensão, será reprovado em sua avaliação de desempenho com apenas 90 pontos. Perderá 55 pontos porque não recebeu prêmios ou bolsas, não foi convidado para bancas de concurso público, não exerceu nenhuma função administrativa ou representativa e não encon-

trou inserção na pós-graduação (o que é o caso maioria esmagadora dos professores adjuntos da UFRJ). O mesmo ocorrerá com um professor que só ensine na pós-graduação. Não será suficiente ser o máximo em ensino, pesquisa e extensão para progredir na UFRJ”, afirma. As tabelas em discussão na Comissão de Legislação e Normas do Consuni podem ser encontradas no site da Adufrj-SSind.

Isso acontece devido à falta de flexibilidade dos perfis propostos pela tabela CLN/PR-2, pela qual o total de pontos disputáveis é igual ao máximo que pode ser atingido, para todas as classes. O que cria distorções

significativas nos resultados possíveis de progressão, pois os professores seriam obrigados a exercer toda a gama de atividades, inclusive considerando aquelas que não são passíveis de serem feitas por um percentual expressivo de professores.

“Entendemos que um professor deve exercer ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável. Atividades que não são passíveis de serem exercidas por todos dentro da UFRJ (administração, representação, ensino de pós-graduação, participação em bancas de concurso e premiação) não devem ser avaliadas como exigências, mas apenas como pontuação extra

ou complementar na avaliação, ou seja, devem somar e não diminuir a pontuação do professor”, completa Maria Malta.

Diferenças entre as classes

Como a tabela CLN/PR-2 cria diferenças de pontuação entre as classes para o mesmo tipo de atividade, pode ocorrer de um professor Assistente receber menos (10 pontos) que um Associado (30) com quem divida a autoria de um artigo de pesquisa. Um Adjunto pode ser o melhor chefe de departamento (ou integrante de colegiado superior) do mundo, mas vai receber a metade da pontuação (10) de um colega Associado ou Titular (20) pela mesma função.